



CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

“PROGRAMA DE APOIO À PRODUÇÃO NACIONAL”
(BASE LOCAL)

AVISO N.º **ALG-D7-2022-02**

ECONOMIA VERDE

ABERTURA A 17/01/2022

Índice

Índice	2
Preâmbulo	3
1. Objetivos e prioridades visadas	3
2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura	4
3. Natureza dos beneficiários	4
4. Área geográfica de aplicação	4
5. Âmbito Setorial	5
6. Critérios de elegibilidade dos beneficiários	6
7. Critérios de elegibilidade das Operações	6
8. Regras e limites à elegibilidade de despesas	7
9. Tratamento de Dados Pessoais	8
10. Critérios de seleção das candidaturas	8
11. Limite ao número de candidaturas	9
12. Taxas de financiamento das despesas elegíveis	9
13. Forma e limites dos apoios	10
14. Pagamentos	10
15. Modalidades, prazos, e procedimentos para apresentação das candidaturas	11
16. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas	11
17. Aceitação da decisão	12
18. Dotação indicativa do fundo a conceder	12
19. Identificação dos indicadores de realização e de resultado	12
20. Programa Operacional financiador	13
21. Divulgação de resultados e informação e pontos de contacto	13
ANEXOS	14
Anexo A - Enquadramento na Estratégia de Desenvolvimento	15
Anexo B - Critérios de seleção e metodologia de avaliação das candidaturas	20
Anexo C - Documentos a apresentar com a candidatura	24
Anexo D - Modelo de Memória Descritiva	25
Anexo E - Capacidade de financiamento do projeto	26
Anexo F - Ficha de verificação do cumprimento da legislação ambiental em projetos cofinanciados, se aplicável	27
Anexo G - Declaração da integração da perspetiva de igualdade entre homens e mulheres e igualdade de oportunidades e da não discriminação em operações cofinanciadas	28

Preâmbulo

O presente aviso de abertura de concurso para apresentação de candidaturas (AAC) foi elaborado nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus e de Investimento (FEEI) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, em conjugação com o artigo 9.º do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego (REISE), publicado através da Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, na sua atual redação.

O presente concurso visa a apresentação de candidaturas ao Programa Apoio à Produção Nacional (Base Local), no âmbito do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (RSIZE) instituído pela Portaria n.º 105/2017, de 10 de março, na sua atual redação, que define as regras aplicáveis aos apoios concedidos às operações previstas na alínea g) do n.º 2 do artigo 74.º do REISE, mobilizando apoios a conceder através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

1. Objetivos e prioridades visadas

O objetivo deste Programa consiste na criação de um instrumento de política pública de apoio direto ao investimento empresarial produtivo, que terá como objetivo estimular a produção nacional, pelo que terá enfoque no setor industrial e no setor do turismo, entre outros setores relevantes para estimular a produção nacional e a redução da dependência face ao exterior, primando pela agilidade de procedimentos, pela eficiência na gestão e pela eficácia nos resultados.

Neste contexto de necessidade de estimular a retoma económica, é importante apoiar a aquisição de máquinas, equipamentos, serviços tecnológicos/digitais e sistemas de qualidade, sistemas de certificação que alterem os processos produtivos das empresas, apoiando-as na transição digital, na transição energética, na introdução de processos de produção ambientalmente mais amigáveis e que sejam, simultaneamente, um estímulo à produção nacional, de modo a promover melhoria da produtividade das empresas num contexto de novos modelos de negócios. As empresas deverão assumir o compromisso de manter os postos de trabalho, não havendo a exigência de criação de postos de trabalho.

O apoio à produção nacional enquadra-se na iniciativa + CO3SO Competitividade, contribuindo para elevar as competências das empresas, numa perspetiva de reforço de competitividade dos territórios, nomeadamente os do Interior. Esta iniciativa integra também o Programa de

Valorização do Interior, eixo 4 - Tornar os Territórios do Interior mais Competitivos - visando a captação de investimento para o Interior, através de instrumentos de política pública adaptados às especificidades dos territórios.

Este aviso de concurso enquadra-se no âmbito do Programa Operacional regional CRESC Algarve 2020, na Prioridade de Investimento (PI) 8.8 (FEDER) - “Concessão de Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas” (FEDER), no âmbito do Objetivo Temático 8 - “Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores”.

2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura

Nos termos da alínea c) do artigo 6.º do RSI2E são suscetíveis de apoio no âmbito deste AAC projetos que visem:

- Estímulo à produção nacional de base local para a expansão e modernização da produção por parte de micro e pequenas empresas.

3. Natureza dos beneficiários

Os beneficiários dos apoios previstos no presente AAC são as micro, pequenas empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, que cumpram com os critérios de acesso e de elegibilidade a seguir enunciados. Nos termos do artigo 7.º do RSI2E são beneficiárias das operações previstas no ponto anterior as pequenas e micro empresas na aceção da Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão, de 6 de maio, relativa à definição de micro, pequena e média empresa.

Encontra-se assim abrangida qualquer entidade que, independentemente da sua forma jurídica, exerce uma atividade económica, através da oferta em concorrência de bens ou serviços no mercado, sendo, nomeadamente, consideradas como tais as entidades que exercem uma atividade artesanal ou outras atividades a título individual ou familiar, as sociedades de pessoas ou as associações que exercem regularmente uma atividade económica.

4. Área geográfica de aplicação

O presente AAC tem aplicação na NUTS II Algarve.



A localização do projeto corresponde à região) onde irá(ão) ser realizado(s) o(s) investimento(s), em conformidade com o disposto no n.2 do artigo 71.º do REISE.

5. Âmbito Setorial

São elegíveis, nos termos do artigo 5.º do RSIZE, as operações inseridas em todas as atividades económicas, com exceção das expressamente indicadas, em concreto:

- a) O setor da pesca e da aquicultura;
- b) O setor da produção agrícola primária e florestas;
- c) O setor da transformação e comercialização de produtos agrícolas constantes do Anexo I do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE), publicado no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) de 7 de junho de 2016 e transformação e comercialização de produtos florestais;
- d) Os projetos de diversificação de atividades nas explorações agrícolas, nos termos do Acordo de Parceria;
- e) Os projetos que incidam nas seguintes atividades previstas na CAE (Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, revista pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro - CAE Rev.3):
 - a. Financeiras e de seguros - divisões 64 a 66;
 - b. Defesa - subclasses 25402, 30400 e 84220;
 - c. Lotarias e outros jogos de aposta - divisão 92.

A aferição da elegibilidade setorial será efetuada por referência à CAE do projeto. No que respeita aos projetos que integrem as alíneas a) a d), esta aferição terá ainda em conta, designadamente, a realização fora ou dentro da exploração agrícola e a natureza das atividades (produção, primeira ou segunda transformação, comercialização ou prestação de serviços). Assim, poderão ser apoiados neste AAC projetos de 2.ª transformação de produtos agrícolas em não agrícolas, a comercialização a retalho dos produtos constantes do Anexo I do TFUE ou a prestação de serviços, desde que fora das explorações agrícolas.

Não são elegíveis os projetos que incluam investimentos decorrentes do cumprimento de obrigações previstas em contratos de concessão ou associação com o Estado (Administração Central ou Local).

6. Critérios de elegibilidade dos beneficiários

6.1 Para além dos critérios de elegibilidade previstos no artigo 13.º e do cumprimento das regras relativas aos impedimentos e condicionamentos de acesso aos apoios constantes do artigo 14.º, ambos do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, os beneficiários deverão cumprir com as disposições do artigo 8.º do RSI2E.

Para efeitos da aferição das condições aí previstas, os beneficiários deverão, designadamente:

- a) Assegurar as fontes de financiamento do projeto, com um mínimo de 10% de Capitais Próprios, nos termos identificados no Anexo F, no que se refere à alínea f) do art.º 13 do DL 159/2014, bem como da alínea c) do n.º 2 do artigo 9º do RSI2E;
- b) Apresentar os licenciamentos necessários ao desenvolvimento da atividade (ex.: licenças de funcionamento, licenciamentos comerciais, industriais, administrativas), até à apresentação do termo de aceitação (TA), para efeitos da aferição do cumprimento da alínea c) do artigo 13º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro;
- c) Obter ou atualizar a Certificação Eletrónica prevista no Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 143/2009, de 16 de junho, através do sítio do IAPMEI (www.iapmei.pt), para efeitos de comprovação do estatuto PME, até à decisão sobre o financiamento;

6.2 Os beneficiários deverão ainda respeitar as seguintes condições:

- a) Ter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, de acordo com o legalmente exigido;
- b) Apresentarem resultados positivos, antes de impostos, no último exercício económico declarado para efeitos fiscais, comprovado pela declaração da IES do ano;
- c) Declararem que não tem salários em atraso;
- d) Declararem que não se trata de uma empresa sujeita a uma injunção de recuperação, ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão que declara um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno, conforme previsto na alínea a) do n.º 4 do artigo 1.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, de 16 de junho;

7. Critérios de elegibilidade das Operações

Para além dos critérios específicos de elegibilidade dos projetos, previstos no Decreto-Lei n.º 159/2014, no artigo 3.º do REISE e no artigo 9.º do RSI2E, as operações a selecionar no presente concurso têm ainda de satisfazer as seguintes condições específicas de acesso:

- a) Contribuírem para os objetivos e prioridades enunciadas no ponto 1;



- b) Apresentarem uma despesa elegível total, aferida com base nos dados apresentados na candidatura, no máximo até 235 mil euros. Para efeitos de despesa elegível apenas serão considerados os investimentos que se enquadrem no anexo A deste aviso;
- c) Apresentarem um mínimo de despesa elegível total por projeto de 20 mil euros aferida com base nos dados apresentados na candidatura;
- d) Não estarem iniciadas à data de apresentação da candidatura;
- e) Manterem afetos à atividade da empresa os ativos respeitantes ao investimento apoiado, bem como a localização geográfica definida no projeto, durante o período de vigência do contrato de concessão de incentivos e, no mínimo, durante três anos após a conclusão do projeto, isto é, do pagamento final ao beneficiário;
- f) Duração máxima do projeto é de 12 meses, contados a partir da data de início da sua realização, podendo ser prorrogado pela AG por mais 6 meses, sendo que a data limite para elegibilidade das despesas 30 de junho de 2023. Entende-se por duração da operação o período entre o seu início e a sua conclusão, correspondendo, respetivamente, à data da primeira e última despesa imputáveis ao projeto ou à operação no âmbito da validação da despesa dos pedidos de pagamento (fatura ou documento equivalente, com exceção das faturas ou documento equivalente do Contabilista Certificado, anteriormente denominado Técnico Oficial de Contas, ou Revisor Oficial de Contas);
- g) Ter no mínimo um funcionário afeto aos quadros da empresa no ano pré-projecto, evidenciado com descontos para a segurança social (média anual).
- h) as operações aprovadas no âmbito deste aviso devem iniciar as operações no prazo máximo de 90 dias úteis a contar da data prevista para o início da sua realização ou da data de conhecimento da decisão de aprovação, quando esta for posterior. O incumprimento deste prazo determina a caducidade da decisão de aprovação da candidatura.

8. Regras e limites à elegibilidade de despesas

8.1 Despesas elegíveis

Considerando o disposto no nº 1 do artigo 10.º do RSIZE, são elegíveis no presente AAC as seguintes categorias de despesas, realizadas após a submissão da candidatura e **que contribuam para a eficiência energética e a promoção de práticas circulares nas empresas:**

- a) Custos de aquisição de máquinas, equipamentos, respetiva instalação e transporte;

- b) Custos de aquisição de equipamentos informáticos, incluindo o software necessário ao seu funcionamento;
- c) Software standard ou desenvolvido especificamente para a atividade da empresa;
- d) Material circulante diretamente relacionado com o exercício da atividade, até ao limite máximo elegível de 40 mil euros;
- e) Estudos, diagnósticos, auditorias até ao limite máximo elegível de 5 mil euros;
- f) Obras de remodelação ou adaptação, para instalação de equipamentos produtivos financiados no âmbito deste projeto, até ao limite de 60% do investimento total elegível apurado, desde que contratadas a terceiros não relacionados com o adquirente beneficiário dos apoios, não sendo financiados materiais de construção adquiridos autonomamente.

8.2 Despesas não elegíveis

Constituem despesas não elegíveis as seguintes despesas indicadas no RSIZE:

- nas alíneas d), e), f), j) e k) do n.º 1 do artigo 10.º;
- alínea h) do n.º 1 do artigo 10.º, com exceção para as despesas previstas na alínea e) do ponto anterior;
- no n.º 2 do artigo 10.º;
- no artigo 11.º

9. Tratamento de Dados Pessoais

Os candidatos devem assegurar o cumprimento das regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 relativamente a dados pessoais que disponibilizem para efeitos de candidatura e de execução do projeto.

10. Critérios de seleção das candidaturas

Os procedimentos de seleção das candidaturas seguem a tramitação prevista no artigo 16º do RSIZE.

Depois de verificados os critérios de elegibilidade previstos nos pontos 6 e 7 do presente aviso, as



candidaturas serão objeto de uma apreciação de mérito, construída com base nos critérios de seleção constantes do referencial de mérito (anexo B).

Concluída a análise das candidaturas e antes de ser adotada a decisão final, os projetos são ordenados por ordem decrescente em função do mérito do projeto (MP) até ao limite orçamental do AAC, estabelecendo como limiar de seleção o MP do último projeto com proposta de decisão favorável.

O critério de desempate entre operações com a mesma pontuação é o que consta no referencial de mérito (anexo B).

11. Limite ao número de candidaturas

Ao abrigo do presente AAC, cada empresa (micro ou pequena) apenas pode apresentar uma candidatura.

12. Taxas de financiamento das despesas elegíveis

Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 13.º do RSI2E o apoio FEDER é apurado, com base no investimento elegível aprovado, através da aplicação de uma taxa base de 40% para os investimentos localizados em territórios do Interior ou 30% para os investimentos localizados nos restantes territórios.

À referida taxa base acrescem as seguintes majorações, até um máximo de 20 pontos percentuais (pp):

- a) Projetos enquadrados nas prioridades relevantes para os territórios abrangidos neste AAC, nos seguintes termos:
 - a. Enquadramento na Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3 Algarve): 10 pp;
 - b. Que promovam a incorporação de conhecimento científico: 20 pp;

- b) Projetos cujos investidores têm o estatuto de investidor da Diáspora: 5 pp
O Estatuto de Investidor da Diáspora consta da Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2020, de 18 de agosto, sendo atribuído pelo membro do Governo responsável pela área das comunidades portuguesas, a requerimento por cidadão português, lusodescendente ou nascido no estrangeiro a quem tenha sido atribuída a nacionalidade portuguesa ou a ela tenha direito, que resida ou haja residido por mais de um ano fora de Portugal, nos últimos dois anos anteriores à data em que

requer o referido estatuto, conforme atestado por autoridade diplomática ou consular ou outros documentos que, inequivocamente, comprovem tal situação, e que pretenda realizar, independentemente de regresso, projeto(s) de investimento em Portugal, a título individual ou através de entidade empresarial cujo capital detenha em mais de 50% (Formulário Estatuto Investidor da Diáspora).

Os territórios do Interior são os territórios de baixa densidade definidos pela Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) Portugal 2020 através das suas Deliberações n.º 23/2015, de 26 de março, n.º 55/2015, de 1 de julho de 2015 e n.º 20/2018 de 12 de setembro.).

13. Forma e limites dos apoios

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente AAC reveste a natureza de subvenção não reembolsável, nos termos do artigo 12.º do RSI2E, aplicando-se a modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos.

Para as mesmas despesas elegíveis, os apoios concedidos ao abrigo do presente AAC não são acumuláveis com outros apoios públicos.

Nos termos conjugados do n.º 6 do artigo 76.º do REISE com o artigo 21.º do RSI2E, os apoios são concedidos ao abrigo do Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão de 18 de dezembro, relativo aos auxílios *de minimis*, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do TFUE aos auxílios de Estado. Assim, sem prejuízo de outras disposições do Regulamento (UE) n.º 1407/2013, salienta-se, de modo especial, que o montante global dos apoios concedido pelo Estado-Membro não pode exceder, por empresa única, o limite de 200 mil euros num período de três exercícios financeiros, sendo de 100 mil euros no caso de uma empresa única que efetue o transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem, não podendo, neste caso, ser utilizado para a aquisição de veículos de transporte rodoviário de mercadorias

14. Pagamentos

O pagamento do incentivo é efetuado nos termos Norma de procedimentos relativos a pagamentos aos beneficiários do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIE), Despacho n.º 10548-B/2017, publicado no 2.º suplemento, 2.ª série do Diário da República n.º 232, de 4 de dezembro.



15. Modalidades, prazos, e procedimentos para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no [Balcão 2020](#).

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, da Região ou do Programa Operacional a que pretenda candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Por uma questão de prudência, os beneficiários devem evitar a submissão de candidaturas no último ou nos últimos dias do prazo. A submissão tardia de candidaturas poderá impossibilitar a resolução de eventuais constrangimentos decorrentes do processo de validação / submissão.

Ao abrigo deste concurso o prazo para a apresentação de candidatura decorre de acordo com o seguinte calendário:

1ª fase - de 17 de janeiro até ao dia 28 de fevereiro de 2022 (19 horas),

2ª fase - até ao dia 31 de março de 2022 (19 horas).

As Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais poderão suspender ou cancelar a receção de candidaturas no âmbito de presente AAC a qualquer momento, através de comunicação prévia a publicar nos locais definidos no ponto 22, com uma antecedência mínima de 3 dias úteis em relação à data estabelecida para a suspensão.

16. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas

Os procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas seguem a tramitação prevista no artigo 16º do RSIZE.

As entidades gestoras referidas a) e b) n.º 1 do artigo 15.º apresentam a proposta de decisão à AG, sendo esta responsável pela supervisão final da elegibilidade e aprovação do pedido de apoio (não aplicável no caso do POR Algarve).

A decisão sobre o financiamento é proferida no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do aviso. O prazo suspende-se quando sejam solicitados ao candidato quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados determina que a análise da candidatura prossegue apenas com os elementos disponibilizados, podendo implicar o seu indeferimento quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

17. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do incentivo é formalizada mediante a assinatura de termo de aceitação, submetido eletronicamente, autenticada nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Nos termos do n.º 3 do artigo 10.º do RISE, o termo de aceitação deverá ser submetido no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da data da respetiva notificação da decisão. A decisão de aprovação caduca caso não seja submetido o termo de aceitação neste prazo, salvo motivo justificado pelo beneficiário e aceite pela Autoridade de Gestão.

18. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação orçamental indicativa do FEDER afeta ao presente concurso é de 1000 000 euros.

19. Identificação dos indicadores de realização e de resultado

São objeto de monitorização e contratualização com os beneficiários, os seguintes indicadores:

- i) Indicador de realização: postos trabalho a manter

Para o efeito, é tido em conta o n.º de postos de trabalho que vão ser mantidos pela empresa.

- ii) Indicador de resultados: manutenção do n.º de postos trabalho nos 6 meses após conclusão do projeto,



Para o efeito, é tido em conta o n.º de postos de trabalho (equivalente a tempo inteiro) no mês anterior ao da submissão da candidatura e a média nos 6 meses seguintes após a conclusão física da operação, conforme definido na alínea f) no ponto 7 deste AAC.

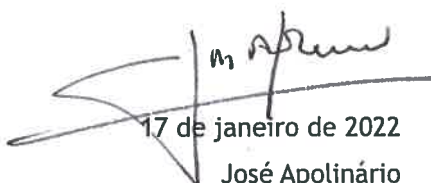
20. Programa Operacional financiador

O financiamento dos projetos no âmbito do presente AAC é assegurado pelo Programa Operacional CRESC ALGARVE 2020.

21. Divulgação de resultados e informação e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) e do CRESC ALGARVE 2020 (www.algarve2020.eu) os candidatos, têm acesso:

- a) A outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) A pontos de contacto para obter informações adicionais;
- d) Aos resultados deste concurso.



17 de janeiro de 2022
José Apolinário

ANEXOS

Anexo A - Enquadramento na Estratégia de Desenvolvimento

Anexo B - Critérios de seleção e metodologia de avaliação das candidaturas

Anexo C - Documentos a apresentar com a candidatura

Anexo D - Capacidade de financiamento do projeto

Anexo E - Modelo de Memória Descritiva

Anexo F - Ficha de verificação do cumprimento da legislação ambiental em projetos cofinanciados, se aplicável

Anexo G - Declaração da integração da perspetiva de igualdade entre homens e mulheres e igualdade de oportunidades e da não discriminação em operações cofinanciadas

Anexo A - Enquadramento na Estratégia de Desenvolvimento

Para uma economia verde, dever-se-á apostar na minimização do desperdício, aumentando a durabilidade e manutenção dos produtos, subprodutos e resíduos na economia, pelo alargamento dos seus ciclos de vida. Dever-se-á igualmente induzir a adoção de práticas mais sustentáveis, que se traduzam em menores consumos, que sejam mais eficientes, contribuindo para a redução de custos de contexto (consumíveis, água, energia, resíduos e outros).

Neste sentido, no âmbito deste aviso podem ser enquadráveis exclusivamente investimentos que contribuam para:

- **Eficiência energética e promoção de práticas circulares nas empresas:** projetos para a eficiência energética que permitam implementar soluções integradas (nomeadamente de produção de energia a partir de fontes de energia renováveis para autoconsumo, intervenções na envolvente opaca e na envolvente envidraçada, instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável, ferramentas de gestão operacional capazes de induzir economias de energia, de águas e do uso de recursos nos equipamentos por estes monitorizados e geridos, investimentos em redes inteligentes de energia (*smart grids*), investimentos indutores no uso eficiente da água, sensorização aplicada a processos de redução de consumos, investimentos que promovam a transição carbónica, auditorias energéticas desde que relacionadas com o investimento a realizar e estudos com vista à implementação de processos de certificação ambiental e energética}.

Deve ser tido em consideração que:

- Os projetos devem ter um foco na componente da eficiência energética;
- Só são apoiados projetos com produção de energia a partir de fontes de energias renováveis para autoconsumo;
- Os investimentos devem estar relacionados com a área produtiva da empresa;
- As obras de remodelação ou adaptação devem estar relacionadas com a instalação de equipamentos produtivos financiados no âmbito do projeto.

Domínios da RIS 3 Algarve

Para efeitos de análise de enquadramento na RIS 3 Regional (critério D1) são considerados os seguintes domínios:

Domínios consolidados (Turismo e “Mar, Pescas e Aquicultura”) e nos domínios emergentes da RIS3 Regional (“Agroalimentar, Agro-transformação, floresta e Biotecnologia Verde”; “TIC e Indústrias Criativas e Culturais”; “Energias renováveis” e “Saúde, Bem-estar e Ciências da vida”).



Turismo	
Linhas de ação	Atividades prioritárias
<p>Qualificação e diferenciação dos produtos consolidados (sol e mar, golfe, gastronomia, residencial)</p> <p>Diversificação e aposta em produtos complementares e em desenvolvimento</p> <p>Articular a inovação ao nível do turismo (novos produtos e melhoria de processos) com as atividades de investigação e desenvolvimento de domínios científicos e tecnológicos como os do mar, agroalimentar, energia, TIC e saúde.</p>	<p>Prioridade para os produtos complementares e em desenvolvimento</p> <p>Produtos locais diferenciados</p> <p>Animação Turística</p> <p>Eventos internacionais com capacidade de atenuar a sazonalidade;</p> <p>Património natural e cultural</p> <p>Serviços e infraestruturas coletivas (com destaque para os associados à inovação e à internacionalização)</p> <p>Outras atividades que se enquadrem na prioridade temática</p>

Debilidades a colmatar

Pontos fracos/Ameaças:

- A concentração excessiva do turismo no produto "sol e mar" e num número limitado de mercados emissores;
- Sazonalidade acentuada da atividade;
- Falta de estratégia concertada (implementação);
- Insuficiência de produtos complementares ao "sol e mar";
- Atividade económica principal da região, com significativa perda de força nos últimos anos;
- Aumento / crescimento de destinos concorrentes;
- Localização periférica da região, agravada pelo alargamento da UE, para novos Estados-Membros, com destinos qualificados e mais baratos;
- Redução da capacidade de recompor os fatores de competitividade dos produtos turísticos;
- Alta rotatividade dos postos de trabalho de baixa qualificação, com efeitos negativos sobre a qualidade do serviço;
- Dependência de operadores turísticos internacionais;
- Aumento da dificuldade em atrair e manter IDE para o setor;
- Incapacidade de competir globalmente em mercados tradicionais em face de novos destinos turísticos emergentes (com produtos semelhantes, mais agressivos e mais baratos).

No âmbito do domínio "Mar", apenas são consideradas as seguintes linhas de ação e atividades prioritárias:



Mar	
Linhas de ação	Atividades prioritárias
<p>Qualificação e diferenciação dos segmentos tradicionais</p> <p>Fomentar a I&D no domínio das Ciências do Mar, visando a criação de conhecimento, bem como a sua valorização nas atividades da economia do mar e uma melhor gestão dos recursos naturais associados ao mar.</p> <p>Diversificação e aposta em segmentos de elevado valor acrescentado (aquicultura, construção naval com novos materiais e intensificação tecnológica, serviços náuticos avançados).</p>	<p>Transformação dos produtos do mar</p> <p>Turismo náutico</p> <p>Turismo sol/mar (criação de produtos diferenciados)</p> <p>Internacionalização e capacitação das PME (com destaque para a economia digital e as TIC, a certificação de produtos, a criação de marcas e design, a distribuição e logística)</p> <p>Biotecnologia azul ou marinha</p> <p>Salicultura</p>

Debilidades a colmatar

Pontos fracos/Ameaças:

- Fraca disseminação e absorção de conhecimento codificado resultante de investigação aplicada por empresas;
- Cadeia de valor do mar não estruturada, tanto interna como externamente, com cadeias de valor complementares (por exemplo, Agroalimentar, turismo)
- Dificuldade para atrair e fixar investimento estrangeiro.

No âmbito do domínio “**Agroalimentar, Agro-transformação, floresta e Biotecnologia Verde**”, apenas são consideradas as seguintes linhas de ação e atividades prioritárias:

Agroalimentar, Agro-transformação, floresta e Biotecnologia Verde

Linhas de ação	Atividades prioritárias
<p>Continuidade e intensificação da modernização organizacional e tecnológica das produções em escala (citros, frutos vermelhos), com um maior controlo a jusante, sobre a distribuição e comercialização</p> <p>Valorização económica, através da tecnologia e de novos usos, de produções vegetais em que o Algarve apresenta qualidade (p. ex., cortiça) ou exclusividade (alfarroba)</p> <p>Fomentar a I&D no domínio do Agroalimentar</p>	<p>Biotecnologia verde</p> <p>Indústria agroalimentar e Agro transformação</p> <p>Turismo rural e de natureza</p> <p>Transformação da cortiça</p> <p>Serviços e infraestruturas coletivas (com destaque para os associados à inovação e à internacionalização).</p>

Debilidades setoriais

Deficiente organização dos produtores e da capacidade de concentrar a oferta;
 Ação insuficiente a jusante da cadeia de valor (promoção e marketing);
 Trabalho de baixa qualificação;
 Modernização insuficiente de empresas existentes, limitada pela baixa adoção tecnológica; Dificuldades no fornecimento de mão-de-obra sazonal, com baixas qualificações;
 A procura está concentrada na grande distribuição, enfraquecendo a posição negocial dos produtores;
 Dificuldade em atender os requisitos para aceder aos apoios do FEOGA;
 A associação e organização deficitária da produção primária, enfraquecem a estruturação de redes de comercialização;



Os elevados custos do licenciamento da agro-indústria.

No âmbito do domínio “TIC e Indústrias Criativas e Culturais”, apenas são consideradas as seguintes linhas de ação e atividades prioritárias:

TIC e Indústrias Criativas e Culturais	
Linhas de ação	Atividades prioritárias
Reforçar as competências em TIC, nomeadamente através de mais organização e mais recursos no interface universidade / indústria	Aplicações e serviços baseados em TIC Tecnologias da produção baseadas em TIC
Potenciar um <i>cluster</i> de TIC, desenvolvendo e alargando a base empresarial, apoiando o investimento empresarial e promovendo a articulação com a procura de proximidade gerada por todas as restantes prioridades temáticas	Aplicações e equipamentos para <i>Smart cities</i> e Cidades Analíticas Indústrias criativas e multimédia
Dar mais ênfase a promoção de atividades culturais e criativas, para além do seu cruzamento com as TIC, robustecendo a oferta cultural e promovendo atividades empresariais no domínio da criatividade e dos serviços culturais	Serviços e infraestruturas coletivas (com destaque para os associados à inovação e à internacionalização)

Debilidade setoriais

Grupo restrito de empresas privadas com atividades inovadoras;
Baixa propensão para a utilização de práticas de e-commerce;
Acesso às TIC pode ser dificultado devido a cortes nos investimentos públicos;
Escassa notoriedade do projeto Algarve Digital;
Falta de sistemas de financiamento para apoiar empresas start-up e desenvolvimento de novos produtos /serviços.

No âmbito do domínio “Energias renováveis”, apenas são consideradas as seguintes linhas de ação e atividades prioritárias:

Energias renováveis	
Linhas de ação	Atividades prioritárias
Fomento da I&D na área da energia, visando a criação de conhecimento e o aprofundamento de competências nas energias renováveis, bem como a transferência de tecnologia para o tecido económico	Atividades que se enquadrem na prioridade temática, nomeadamente no domínio do ensaio de soluções inovadoras para desenvolvimento de conceito Apostas inovadoras no domínio da eficiência energética no Turismo

Debilidade setoriais

Habitções pequenas que carecem de recursos para adotar novas práticas e utilizar fontes de energia renováveis;
 Articulação limitada entre as empresas de energias renováveis (foco em estratégias individuais);
 Falta de fornecedores locais de tecnologia;
 Plano Energético Regional desatualizado;
 Análise de custo / benefício de investimentos em energias renováveis ainda dependente de financiamento público.

No âmbito do domínio “Saúde, Bem estar e Ciências da vida”, apenas são consideradas as seguintes linhas de ação e atividades prioritárias:

Saúde, Bem estar e Ciências da vida

Linhas de ação	Atividades prioritárias
Prioridade centrada no Turismo de Saúde e Bem-estar, articulado com o reforço do sistema de saúde, privado e público, que contribua para uma região vista como destino seguro quer em termos turísticos quer em termos de cuidados de saúde	Turismo de saúde e bem-estar Turismo Sénior Desporto de alto rendimento
Cruzamento das tecnologias da saúde com as TIC visando responder aos desafios societais relacionados com a saúde, ao envelhecimento ativo e a monitorização, vigilância e assistência a distância.	Serviços de saúde, de cuidados continuados e de monitorização de doentes crónicos
Fomento da I&D na área das ciências da vida, com focos nos subdomínios mais diretamente associados aos setores de aplicação a privilegiar	

Debilidade setoriais

Dificuldades e assimetrias no acesso aos cuidados de saúde pública;
 Necessidade de reforçar a coordenação e integração entre os diferentes níveis de atuação (primária, secundária e contínua);
 Orientação para a excelência e resultados dos modelos de gestão de recursos;
 Proporção insatisfatória de médicos por habitante, agravada durante o verão;
 Escassez de empresas na área da saúde / biotecnologia

A leitura deste documento síntese não dispensa a consulta do documento da [Estratégia de Especialização Inteligente RIS3 Algarve](#)



Anexo B - Critérios de seleção e metodologia de avaliação das candidaturas

A análise será determinada pela ponderação de cada critério numa escala de avaliação de 1 a 5, em que 5 representa uma valoração muito elevada, 4 uma valoração elevada, 3 uma valoração média, 2 uma valoração reduzida e 1 uma valoração muito reduzida.

Sempre que os elementos disponibilizados pelo beneficiário não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a pontuação de 1.

A classificação será estabelecida com 2 casas decimais.

Neste âmbito, é estabelecido que as operações que reúnam a classificação final inferior a 3 não serão objeto de financiamento.

Os critérios de seleção das categorias A e B devem representar mais de 50% da ponderação total, reforçando assim o foco em resultados e na qualidade/inação.

O mérito é determinado através da aplicação dos seguintes critérios:

- A - Eficácia e impacto em resultados
- B - Eficiência, qualidade e inovação
- D - Abrangência e transversalidade
- E - Igualdade de oportunidades e de género

$$MP=15\%A+56\%B+25\%D+4\%E$$

A - Eficácia e impacto em resultados

A1 - Contributo para a concretização dos indicadores de realização e resultado do PO

	5	4	3
A1-Contributo para a concretização dos indicadores de realização e resultado do PO	>= 3 postos trabalho a manter	= 2 postos trabalho a manter	= 1 posto de trabalho



B - Eficiência, qualidade e inovação

$$B=30\%B1+30\%B2+40\%B3$$

B1 - Coerência e racionalidade do projeto (será avaliado, nomeadamente, a qualidade do projeto, a coerência face ao diagnóstico apresentado e a fundamentação das opções de investimento)

- Forte (5): Quando o projeto está bem justificado, é coerente face ao diagnóstico apresentado e as opções de investimento estão devidamente fundamentadas
- Médio (3): Quando o projeto apresenta algumas incoerências ou pouca fundamentação nas opções de investimento.
- Fraco (1): Quando o projeto não está devidamente justificado, apresenta incoerências face ao diagnóstico apresentado e não fundamenta as opções de investimento.

B2 - Caráter inovador do projeto (será avaliado, nomeadamente, o grau de inovação dos recursos a utilizar e a mobilizar, o grau de inovação para a empresa/para o local onde se insere)

- Forte (5): Quando o projeto é inovador para empresa e território
- Médio (3): Quando o projeto é inovador para empresa ou território
- Fraco (1): Quando não está devidamente demonstrado o caráter inovador do projeto

B3 - Sustentabilidade prevista para o projeto após o financiamento

- Forte (5): Quando a sustentabilidade prevista para o projeto está bem justificada e é coerente, e o produto ou serviço apresenta um nível de procura significativo (pelo que se perspetiva um retorno do investimento no curto prazo)
- Médio (3): Quando a sustentabilidade prevista para o projeto está justificada e é coerente, mas não demonstra que se trata de um produto ou serviço com níveis de procura elevados



- Fraco (1): Quando a sustentabilidade prevista para o projeto não está bem justificada ou apresenta algumas incoerências

D - Abrangência e transversalidade

D=100%D1

D1 - Grau de inserção na estratégia regional de especialização inteligente

		Domínios RIS3 Algarve	
		Enquadrado com 1 domínio	Enquadrado com 1+ domínios
Grau de alinhamento com as linhas de ação RIS3 Regional	Sem	1	2
	Baixo	2	3
	Médio	3	4
	Alto	3,5	4,5

Sendo que:

Grau de alinhamento baixo - investimento enquadrado nas linhas de ação da RIS3 Regional.

Grau de alinhamento médio - investimento enquadrado nas linhas de ação e nas atividades prioritárias da RIS3 Regional.

Grau de alinhamento alto - investimento enquadrado nas linhas de ação, nas atividades prioritárias e que responde às debilidades setoriais identificadas no documento da Estratégia Regional de Investigação e inovação para a especialização inteligente (RIS3 Regional).

Ver anexo A resumo da estratégia RIS3 Regional

Majoração pela capacidade de diversificação:

- + 0,5 pp em função da capacidade de alavancar os setores emergentes ou alargar as cadeias de valor regionais (valorização/incorporação de recursos endógenos).

E - Igualdade de oportunidades e de género

E1 - Contributo para a igualdade de oportunidades.

- Forte (5): Projeto contribui para a igualdade de oportunidades (será avaliada a justificação apresentada e se projeto prevê financiamento para a manutenção de postos de trabalho para trabalhadores de género sub-representado)
- Médio (3): Projeto não contribui para a igualdade de oportunidades

Anexo C - Documentos a apresentar com a candidatura

- i) Memória descritiva e justificativa da candidatura, conforme modelo a disponibilizar pelas AG
- ii) Certidão Permanente da Empresa ou, no caso de Empresários em Nome Individual, Declaração de Início de Atividade;
- iii) Informação Empresarial Simplificada (IES) 2020, se aplicável;
- iv) Folhas de remunerações da segurança social do ano pré-projecto (2021) e do mês anterior ao da submissão;
- v) Ficha de verificação do cumprimento da legislação ambiental em projetos cofinanciados, se aplicável (conforme anexo);
- vi) Declaração da integração da perspetiva de igualdade entre homens e mulheres e igualdade de oportunidades e da não discriminação em operações cofinanciadas (conforme anexo);
- vii) 3 Orçamentos de suporte de cada despesa;
- viii) Apresentar os licenciamentos necessários ao desenvolvimento da atividade (ex.: licenças de funcionamento, licenciamentos comerciais, industriais, administrativas).

Anexo D - Modelo de Memória Descritiva

[Link para memória descritiva](#)

Anexo E - Capacidade de financiamento do projeto

Os beneficiários deverão demonstrar capacidade de financiamento do projeto com capitais próprios, igual ou superior a 10 % das despesas elegíveis, através do seguinte rácio:

$$FCP = \frac{CP_p}{DE_p} \times 100$$

em que:

FCP – financiamento por capitais próprios;

CP – capital próprio do projeto, incluindo novas entradas de capital (capital social, incorporação de suprimentos e prestações suplementares de capital), desde que venham a ser incorporados em capital próprio até à conclusão material e financeira do projeto;

DEp – montante da despesa elegível do projeto.

Para efeitos da aferição do cumprimento do financiamento adequado com capitais próprios em sede de encerramento financeiro, as novas entradas de capital social, prestações suplementares e empréstimos de sócios e acionistas, podem ser substituídos pelo montante dos resultados líquidos gerados pela empresa e retidos durante o período de realização projeto.



Anexo F - Ficha de verificação do cumprimento da legislação ambiental em projetos cofinanciados, se aplicável

[Link para ficha de verificação](#)

Anexo G - Declaração da integração da perspetiva de igualdade entre homens e mulheres e igualdade de oportunidades e da não discriminação em operações cofinanciadas

[Link para ficha de verificação](#)

